

FAMÍLIA E CRIANÇA SURDA

Maria Elizabeth Dumont Negrelli *
Sonia Silva Marcon **

RESUMO

A família, de uma forma geral, desempenha a função de cuidar, promover a saúde, o bem estar e dar proteção. Em uma família com filho surdo, acrescenta-se a isto a função da aprendizagem de uma outra língua, a Libras. O objetivo deste estudo foi identificar na literatura o papel da família junto ao filho surdo. Trata-se de uma reflexão estruturada a partir da revisão de publicações que tinham como temática o estudo junto a famílias de surdos. O estudo demonstrou a dificuldade da aceitação da surdez para os pais, bem como ressaltou a importância da Língua de Sinais para o desenvolvimento do surdo e para o melhor relacionamento familiar. Concluímos que a comunicação exerce papel fundamental para a vida de qualquer indivíduo, proporcionando a este, além do desenvolvimento cultural, o delineamento de sua identidade própria.

Palavras-chave: Família. Surdo. Comunicação.

INTRODUÇÃO

O trabalho em uma escola para surdos na cidade de Maringá, PR, lecionando a disciplina de Educação Física para alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio permitiu-nos acompanhar o desenvolvimento dos educandos e perceber suas dificuldades e capacidades de superação.

Algumas características do viver desses indivíduos despertaram em nós o interesse em conhecer, com maior profundidade, o papel da família em suas vidas, especialmente no que se refere ao apoio dado para a educação formal, a comunicação e o relacionamento entre eles (o surdo e seus pais).

Para tanto, inicialmente procuramos compreender a atuação da família de uma forma global, buscando estabelecer o seu papel na formação dos indivíduos. Identificamos que os primeiros passos para o desenvolvimento natural e social do ser humano são dados dentro da família, pois ela constitui o primeiro grupo no qual a criança é inserida e tem suas primeiras experiências e relacionamentos interpessoais.

Desse modo, quando a família passa por perturbações em suas interações, pode se apresentar como um grupo de referência confuso, deixando de proporcionar um aprendizado construtivo. É por isto que muitos dos comportamentos e reações individuais revelam o tipo de configuração familiar na qual o sujeito está inserido (KNOBEL, 1992).

É na família que se inicia a sociedade, nela os indivíduos organizam conceitos e buscam a maturidade por meio de trocas entre seus membros. Por esse motivo, as maneiras de educar são incessantes. Trata-se de um processo que vai do nascer ao morrer, sendo a família considerada, via de regra, a principal responsável pela formação do caráter de uma pessoa.

Gomes (1994) considera a família como agente primário de socialização, possuindo cada uma delas regras que regulam o seu funcionamento. As primeiras relações de afeto dos filhos são provenientes dos pais, e esse convívio será responsável por futuros comportamentos no meio social, permitindo ou não a sua adaptação. Esse papel da família contribuirá

* Educador Físico. Professora da Associação Norte Paranaense de Audio Comunicação Infantil (ANPACIN). E-mail: bethdumont@hotmail.com

** Enfermeira. Doutora em Filosofia da Enfermagem. Coordenadora do Mestrado de Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: soniasilva.marcon@gmail.com

para que o filho tenha uma aprendizagem mais humana, forme uma personalidade única, desenvolva sua auto-imagem e se relacione com a sociedade.

Nessa perspectiva, Knobel (1992), ao refletir sobre a família, observa que a mesma, ao interagir com os filhos, ajudará a formar a personalidade, determinando aí suas características sociais. Muitos fenômenos sociais são percebidos e examinados em função de características da família. Nesse processo de troca, a família está inserida na construção de um estado de maturidade que se dá por meio da convivência com os filhos. As atitudes e comportamentos dos pais e demais membros familiares, expressos por suas interações, têm um impacto decisivo no desenvolvimento psicossocial de um filho.

A família atua não só no sentido de amparar física, emocional e socialmente os seus membros, mas também esclarecendo o que é melhor ou pior para seu crescimento, cabendo a ela a responsabilidade de proporcionar qualidade de vida aos mesmos.

Para Motta et al. (2003), os cuidados oferecidos pela família constituem estratégias que favorecem o desenvolvimento humano à medida que proporcionam amor, afeto, proteção e segurança dentro de um espaço de inclusão e acolhimento aos filhos.

É a qualidade dessas relações que permite um melhor relacionamento consigo mesmo e o melhor convívio social com as outras pessoas.

Para a criança, o ambiente familiar pode ou não, dependendo de sua qualidade, proporcionar o estabelecimento de vínculos e apego com os membros familiares, contribuindo para a formação de sua estrutura psíquica (MOTTA et al., 2003).

Temos a noção de que, normalmente e por toda a vida, a família vai proporcionar a perfeita satisfação física ou moral de seus filhos, sendo que, para isso, ela deve respeitar, conhecer e entender as diferenças existentes entre eles.

A principal satisfação dos filhos é ter uma boa interação social dentro do lar, pois essa interação exerce importante papel para o desempenho infantil e, conseqüentemente, nas demais fases da vida. No processo de interação social, a comunicação favorece a compreensão das dúvidas, a demonstração de carinho e amor,

entre outras coisas, uma vez que para adquirir essas informações é necessário estabelecer-se uma mesma linguagem (QUADROS, 2000).

Ao identificar a importância da comunicação na qualidade da interação familiar, e por conseguinte na formação dos indivíduos, preocupamo-nos em desvelar como isto ocorre nos casos de crianças surdas.

É importante nos reportarmos à idéia de Quadros (2000), o qual esclarece que a deficiência não é um problema da pessoa que a tem, mas sim de quem a vê. Isto é de suma importância, pois a problemática que envolve esses indivíduos está intimamente relacionada com o preconceito e a aceitação dessa condição.

A família enfrenta muitas dificuldades para aceitar a deficiência. É uma descoberta traumática e confusa, em que a mesma busca justificativas sobre porquê serem eles os escolhidos (ALMEIDA, 1993). Não raramente negam o fato, ou seja, recusam-se a ver e admitir a deficiência do filho, buscando, na maioria das vezes, um atendimento tardio, o que pode prejudicar o desenvolvimento da criança e de suas habilidades.

Passando essa fase, os pais enfrentam, segundo Almeida (1993), a fase da negociação: uma espécie de compensação, em que os pais tentarão encontrar estratégias para a melhoria das condições de vida de seu filho portador de deficiência.

Mais adiante, outros estágios aparecem, como a raiva, a depressão e a aceitação. Raiva pela falta dos resultados esperados, raiva do outro (médico, professores e demais profissionais), pela falta de colaboração e por não ver amenizada a deficiência do filho. A depressão surge normalmente em decorrência da falta de adaptação à condição. Uma vez que os pais já estejam conscientes da deficiência do filho, acaba ocorrendo a aceitação.

A surdez, por ser invisível, não é compreendida pelos ouvintes, mas tem uma interferência enorme no desenvolvimento social, educacional e emocional do indivíduo surdo. Quadros (2000) identificou vários estudos que apontam ser este um dos problemas de saúde mais ignorados no mundo, por falta de atenção e de prevenção. Sem dúvida, a sociedade não se adapta à idéia do deficiente como alguém produtivo, porque valoriza apenas o exterior,

encarando a eficiência como um conceito restritivo – o estereótipo da perfeição.

Ante o exposto, constitui objetivo deste trabalho: identificar, na literatura, o papel da família junto ao surdo e, mais especificamente, discutir seu processo de comunicação e apoio na educação / formação do indivíduo surdo.

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, fizemos um levantamento nas bases de dados LILACS (Literatura-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde); BDENF (Base de dados da Enfermagem); SCIELO, Banco de Teses da Capes e Biblioteca Virtual em Saúde Pública BVS-SP referente aos últimos vinte anos.

As palavras-chaves utilizadas para a localização de referências foram: família, surdez e educação. Realizamos várias tentativas de conjugação de termos, como, por exemplo: família e saúde, saúde e surdez, deficiente auditivo e família, família do deficiente auditivo, entre outras, sem, no entanto, alcançarmos êxito, uma vez que nem um artigo de interesse para o estudo foi identificado a partir dessas conjugações.

No levantamento efetuado, encontramos apenas cinco estudos científicos e, por essa razão, resolvemos incluir as referências encontradas na biblioteca do Colégio Modelo de Maringá para Surdos (nove referências), além do material encontrado em consultas a sites disponíveis na Internet e de domínio público.

O levantamento e a captura de referências foram realizados no período de novembro de 2004 a abril de 2005.

REFLETINDO SOBRE OS ACHADOS

A escassez de publicações na literatura nacional pode constituir um indicativo da carência de estudos abordando a família e a criança surda ou pelo menos deficiência em sua divulgação, uma vez que alguns trabalhos estão sendo realizados no âmbito acadêmico sem que haja uma ampla visibilidade do que tem sido produzido em decorrência da não publicação em periódicos indexados em bases de dados.

O papel da família

O desenvolvimento humano se dá no campo das relações sociais e o modo como os indivíduos se comportam em um dado contexto interacional é influenciado pelas normas, crenças, valores e papéis sociais vinculados às instituições e à estrutura sociocultural da qual esses indivíduos fazem parte.

Para melhor compreender o papel da família no cuidado a uma criança surda, é necessário considerarmos os vários subsistemas componentes da família, que são independentes e desenvolvem relações únicas, e que todos os membros, inclusive a criança, influenciam e alteram esse sistema. Ela, portanto, não é mera receptora dos padrões sociais oriundos do meio ambiente.

Assim, a despeito do fato de que a vinda de uma criança com deficiência se constitui uma fase crítica, exigindo adaptações e o estabelecimento de novas prioridades na família (BRITO; DESSEN, 1999), não podemos deixar de considerar que o desenvolvimento da criança é resultante do empreendimento conjunto entre ela e o adulto que dela cuida e que as interações e as relações com as pessoas e os sistemas sociais têm um papel crucial para as aquisições e para a construção de formações psicológicas cada vez mais sofisticadas.

Uma boa aliança familiar, segundo Brito e Dessen (1999), é fundamental para a aceitação do deficiente no seio familiar. Mas para que isto ocorra faz-se necessário o estabelecimento de uma interação efetiva, o que é favorecido pelo estabelecimento do diagnóstico precoce da surdez e conseqüentemente da adoção, o mais cedo possível, de um correto processo de comunicação entre a família e a criança surda.

Castro (1999) considera que, para uma boa formação, há necessidade de participação efetiva por parte dos pais, visto que o apoio da família constitui a base para a socialização do surdo, sua compreensão das coisas e o entendimento de suas diferenças.

A forma como a pessoa surda é tratada em casa irá determinar a imagem que ela terá de si mesma (STELLING, 1999), porque é na família que muitos valores, crenças e costumes são transmitidos de geração para geração, por meio da linguagem.

Guarinello (2004) caracteriza a família como o lugar ideal para se iniciar o atendimento de base para os surdos. Destaca a família como a primeira escola responsável pelas capacidades desenvolvidas das crianças. Salienta a importância de pais e mães preparados e conscientes de seu papel para obter o aproveitamento de todas as oportunidades geradas no lar.

Assim como Guarinello (2004), estudos da Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação – PUC (1999) ressaltam o papel da família como cooperadora para o processo do desenvolvimento do surdo, no sentido de garantir a esse indivíduo um futuro de independência e produtividade na sociedade. Também concebe a escola e a comunidade como parceiras, desenvolvendo no surdo a sua auto-estima e independência para escolher seu modelo de vida.

Na percepção das famílias, o esforço para se comunicar e a disponibilidade para aprender e ensinar também facilitam o convívio com a criança surda, no entanto, esse esforço não costuma ocorrer por parte de todos os membros da família, sendo que, em geral, as mães se comunicam melhor com os filhos e todas conhecem a língua de Libras (OLIVEIRA et al., 2004; DIAS et al., 2005).

Marcon (1999) postula que, a despeito das transformações ocorridas no papel da mulher e da própria família através das gerações, suscitando o surgimento de novas práticas relacionadas à criação dos filhos no interior da família, a mulher continua sendo, na família, a principal responsável pela criação dos filhos. E conforme os estudos analisados, essa responsabilidade aumenta quando se trata de um filho deficiente ou com necessidades especiais.

Brito e Dessen (1999) acrescentam que, na presença de uma criança especial, a mãe é a mais atingida, pois enquanto o envolvimento do pai com a criança tende a decrescer com o tempo, a responsabilidade da mãe tende a aumentar. Esse cenário pode trazer consequências sérias para a vida da mãe, resultando em estresse, em seu isolamento em relação aos demais familiares e vice-versa, podendo levar, inclusive, à separação conjugal.

Oliveira et al. (2004), Guarinello (2004) e Dias et al. (2005) também apontam a mãe como

o principal suporte dos filhos deficientes, e assinalam que normalmente são elas que ficam em casa assumindo todas as responsabilidades do lar, o que inclui os cuidados com o filho que apresenta necessidades especiais. Essa condição frequentemente gera uma sobrecarga para as mães, sendo normal isso acontecer principalmente em famílias de nível econômico mais baixo, quando a família não pode contar com uma extensa rede de suporte formal.

Dificuldades/mudanças experienciadas pela família

A chegada de um membro portador de alguma deficiência acarreta mudanças substanciais no interior da família. Essas mudanças são apontadas como um tempo de adaptação da família à nova situação, como um período que pode ser mais longo e mais difícil conforme a estrutura e características de cada família.

Brito e Dessen (1999), ao relatarem sobre as dificuldades vivenciadas pela família que possui um filho surdo, constataram que muitas vezes acontecem momentos marcados por desequilíbrios, sendo considerados como fatos normais. Esses períodos, lamentavelmente, não são muito conhecidos, ainda que possam ocorrer problemas no desenvolvimento da criança. A descoberta da deficiência do filho faz a família viver experiências dilacerantes, alterando as relações familiares ao longo do período de adaptação à nova condição.

Com relação a esse aspecto, Oliveira et al. (2004) observaram que os primeiros momentos da descoberta da deficiência pela família são bastante traumáticos. É um período vivido com grande dificuldade pela família, que se vê obrigada a tomar outros caminhos, diferentes daqueles planejados e implementados, com o intento de encontrar maneiras para encarar as novas situações impostas pela condição da criança.

A adaptação e a aceitação, por parte da família, de alguma deficiência do filho, quase nunca são tranquilas. Ao realizarem um trabalho com um grupo de mães de crianças surdas, Dias et al. (2005) puderam identificar várias dificuldades vivenciadas por elas. Constataram, por exemplo, que essas costumam experienciar uma angústia muito grande quando não conseguem

compreender o filho surdo e suas necessidades, principalmente quando eles ainda são crianças. Além disso, essas mães apresentam um desejo muito grande de que o filho consiga falar. Isto é percebido como uma forma de protegê-los, porque a preocupação é de que os mesmos não possam se comunicar e, conseqüentemente, não possam ter suas necessidades atendidas quando elas não estiverem por perto.

Ao discorrer sobre as dificuldades vivenciadas pela família de uma criança surda, Castro (1999) assevera que conseguir estabelecer limites constitui-se em grande problema experienciado pelos pais, porque não existe um diálogo efetivo para que isto se concretize. Nesse contexto, aparecem características que levam os leigos a estereotipar o indivíduo surdo como sendo indiferente às regras ou mesmo agressivos. Também pela dificuldade de aceitação da surdez, ou mesmo para compensar essa situação, existem pais que preferem não estabelecer limites, formando, com isso, filhos desobedientes.

As mudanças ocorridas na família não implicam apenas adaptações internas, envolvem também as relações sociais e de lazer. Oliveira et al. (2004) e Lora (1984) verificaram que a maioria das famílias de crianças surdas prefere ficar em casa, normalmente não participa de atividades e grupos comunitários e sua principal atividade de lazer é assistir televisão. Seus contatos sociais restringem-se somente aos contatos familiares, não favorecendo, desta forma, uma participação comunitária e um contato social mais amplo.

Guarinello (2004), por sua vez, não fez referência às dificuldades vivenciadas pelos familiares de surdos, mas foi contundente ao afirmar que a falta de comunicação constitui o principal empecilho no relacionamento entre os filhos surdos e seus genitores. Essa dificuldade também foi abordada por Fernandes (1999), que a atribui à falta de identificação da língua, podendo resultar em problemas emocionais, falta de um contato mais próximo e dificuldades para o estabelecimento dos vínculos de afeto.

Dias et al. (2005), por sua vez, ressaltam que a aprendizagem da língua de sinais é vista com muita dificuldade por parte dos pais, especialmente quanto à articulação e à rapidez das mãos.

Necessidades percebidas pelas famílias

Existem poucos estudos referentes às necessidades percebidas pelas famílias de surdos. As referências encontradas geralmente tratam de conteúdos relacionados à linguagem, à escrita ou à cultura do surdo.

Com relação às necessidades percebidas pelas famílias, é importante considerarmos que, segundo Waidman e Elsen (2004), os seres humanos são dotados de particularidades, visto que cada indivíduo possui sentimentos, condições financeiras, cultura e crenças específicas. Por isso, as necessidades, independente da vontade, variam de pessoa para pessoa e de família para família.

Ao realizar um estudo sobre a convivência da família com o surdo, Oliveira et al. (2004) pontuaram que, além das necessidades das famílias variarem de acordo com o momento e com o ciclo de vida que vivenciam, elas se diferenciam nas famílias que possuem um dos membros doente ou com algum problema que foge dos padrões de normalidade em relação às famílias cujas vidas seguem um curso sem doenças ou intempéries. Segundo as autoras, é daí que surge a necessidade de perceber a família em sua dinâmica, como uma configuração na qual um conjunto de forças se completa e se sintoniza em constante dialética, ciente de que essas forças serão ainda maiores na dinâmica de uma família que possui uma criança com deficiência.

Além disto, cabe lembrar que mesmo nessas famílias as necessidades costumam modificar-se à medida que novas conquistas vão sendo alcançadas e adaptações vão se concretizando nessa trajetória.

Em se tratando de necessidades das famílias dos surdos, elas são várias. Os próprios surdos e seus familiares indicam isto ao solicitarem informações sobre a deficiência, orientações em relação aos comportamentos que a família deve ter frente a sua realidade e as possíveis formas de lidar com a situação em família (causas, conseqüências) e em relação ao aprendizado da língua dos sinais.

Lora (1984) e Fernandes (2004) consideram a participação da família extremamente importante para a aquisição da identidade do surdo. O mesmo

ocorre com relação à aprendizagem da Libras, quando torna-se essencial que as famílias aceitem essa nova forma de dialogar e aprendam, coletivamente, a fazê-lo.

Oliveira et al. (2004) apontam que a questão econômica costuma constituir uma importante necessidade para essas famílias e referem que, ao que parece, quanto mais pobre é a família mais deficiente é a criança em termos de limitações no uso de alternativas e recursos que possam favorecer o seu desenvolvimento. Isto ocorre, conforme as autoras, devido às dificuldades de acesso e à distância social da família aos serviços especializados já disponíveis na sociedade.

Brito e Dessen (1999) referem que a primeira necessidade dos familiares de um surdo é a aceitação da mudança de hábito. É necessário, nesses casos, que a família procure se adaptar aos acontecimentos, acompanhando as evoluções do filho e seu desenvolvimento global, buscando saber lidar com as diferenças e aceitar os desafios, para, dessa forma, conseguir criar e estimular essa criança de forma adequada e afetuosa.

Com relação a esse aspecto, a Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (PONTIFÍCIA..., 1999) considera necessário o apoio da família, para que o surdo, principalmente na fase adulta, conquiste sua independência socioemocional por meio de aquisição da autoconfiança e auto-suficiência. Neste sentido, o surdo encontra na família características semelhantes a sua, fazendo dela uma verdadeira fonte de informação e referência.

Comunicação em família

É por meio da comunicação que o ser humano se integra, participa, convive e se socializa. Nesse processo, a família aparece como grande responsável, pois é nela que se inicia a formação social de um ser humano. Para isso acontecer, é necessário o estabelecimento de um canal de linguagem comum. Assim, o que normalmente se desenvolve em uma família de ouvintes torna-se um desafio quando existe um surdo dentro de casa (ASSOCIAÇÃO..., 1999).

Isso ocorre porque a surdez não pode ser vista ou mesmo entendida pelos ouvintes em um primeiro momento, o que acaba gerando

interferências para o desenvolvimento social, educacional e emocional do surdo (ASSOCIAÇÃO..., 1999). A surdez, segundo especialistas, é um dos problemas de saúde mais ignorados do mundo, por falta de mecanismos eficientes de atenção e de prevenção.

Assim, a relação do surdo com sua família é diferenciada, visto que sua primeira língua é a de sinais, enquanto que a de seus familiares é a falada e ouvida. Isto nos leva a compreendermos a surdez dentro da perspectiva de uma diferença.

Goldfeld (1997), ao abordar essa situação, considera o surdo um indivíduo com língua, cultura e identidade próprias, ou seja, um sujeito bilíngüe, sendo a língua materna a dos sinais e a segunda língua a portuguesa. Desse modo, desde os primeiros anos de vida o surdo deve ser exposto aos sinais, desenvolvendo assim sua linguagem e sua cognição.

De acordo com a mesma autora, “mais de 90% dos surdos têm família ouvinte. Para que a criança tenha sucesso na aquisição da língua de sinais, é necessário que a família também aprenda a mesma, de forma que a criança possa utilizá-la para se comunicar em casa” (p. 40).

A participação da família na comunicação do surdo, por meio dos sinais, possibilitará a esse indivíduo a interação com o mundo e tornará o convívio mais agradável e feliz. Igualmente essa língua, na educação e nas escolas, vai proporcionar a vivência de uma realidade bilíngüe das relações culturais, institucionais e sociais.

Ainda que se sobressaia a influência social ou escolar sobre o portador de deficiência, a família necessita conscientizar-se da sua importância para não permitir que a sociedade interfira no caminho e em decisões que esse indivíduo deve percorrer.

A Associação de Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiência (1999) relata que a surdez vem provocando discussões históricas. Em virtude da ausência da linguagem oral, séculos afora, os portadores de surdez foram ignorados socialmente e considerados “pessoas não pensantes”. Apenas no século XVI houve uma preocupação com a educação dos surdos, reconhecendo-se a importância e a necessidade de uma língua própria, baseada em sinais, além da língua escrita. Contudo, apenas na década de 1960 os sinais foram liberados. A partir daí, foi

possível viabilizar a verdadeira comunicação entre os surdos e a melhoria de suas relações interpessoais e familiares.

As relações familiares influenciam intensamente a formação da pessoa, refletindo-se por toda sua vida. O reconhecimento da importância da família para o processo educacional é explicitado em vários artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/96), ao estabelecer como incumbência das instituições de ensino e de seus docentes a busca pela articulação com as famílias, visando integrá-las à escola e auxiliando o fortalecimento dos vínculos familiares.

Brito e Dessen (1999), ao discorrerem sobre a criança surda e suas interações e relações familiares, observaram que existe uma escassez de pesquisas na área da surdez, principalmente com essa abordagem. Mesmo assim, os autores constataram que a interação e a relação dos surdos com os familiares, com companheiros e com seu(s) professor(es) é de fundamental importância para a compreensão do desenvolvimento socioemocional do deficiente e de seu processo de adaptação ao mundo.

Os autores supracitados também verificaram a relevância da comunicação entre mãe e filho e o quanto esse diálogo é interativo. Um estudo sobre a conversação entre crianças surdas e seus familiares durante a refeição mostrou que os tipos de trocas verbais ou gestuais influenciam a participação dos deficientes em conversas domésticas, estabelecendo um ponto importante para o desenvolvimento das interações familiares (BRITO; DESSEN, 1999).

A comunicação entre pais e filhos, para Castro (1999), se faz necessária em razão das consequências positivas na relação familiar, tais como presença de mais afeto, mais confiança e amadurecimento das relações. A ausência ou limitação na comunicação do surdo com sua família promove a formação de um ser isolado e que sofre com a incompreensão. Esse indivíduo é privado dos bate papos informais dentro de casa, das discussões sobre assuntos familiares e dos conselhos dos pais, e isto contribui para que o mesmo seja considerado uma pessoa agressiva ou inadequada.

Castro (1999) considera que, por meio da comunicação entre seus pares, os indivíduos

surdos têm a oportunidade de adequarem seus comportamentos a diferentes situações, dentro e fora do lar. Considera ainda que a família, muitas vezes, por não tentar aprender a Língua de Sinais (LS), conversa com o deficiente apenas assuntos relacionados às suas necessidades básicas e momentâneas, como comida, bebida, banho etc. Nos casos em que a língua utilizada dentro de casa é a oral, sendo a LS usada apenas para dar ordens ou para responder a algum questionamento do membro surdo, as conversas familiares se concentram entre os ouvintes.

Para a autora, as historinhas de faz-de-conta que despertam o imaginário e auxiliam no desenvolvimento da linguagem nunca ou raramente são utilizadas nesses casos. A estimulação para a criança surda, assim como para todas as outras crianças, é essencial não só na escola ou nos Centros Especializados, mas principalmente em casa.

Oliveira et al. (2004) constataram grande resistência familiar em aceitar e adotar a Libras dentro de casa. A resistência em usar uma língua diferente da sua nas conversas com o filho faz com que as mães praticamente realizem mímicas, não havendo desta forma nenhuma linguagem. Isto constitui um sinal de rejeição à condição da surdez, gerando conflitos emocionais no filho surdo. Segundo as autoras, a falta de comunicação também ocasiona dificuldades em compreender as necessidades do filho, bem como problemas na socialização da criança, levando, por vezes, ao surgimento de comportamentos agressivos. A ausência da linguagem própria para surdos dentro de casa gerará, deste modo, um pensamento apenas concreto, conceitos rudimentares, baixa sociabilidade, além de rigidez e imaturidade emocional.

Guarinello (2004), ao refletir sobre a comunicação, atenta para o fato dessa capacidade só realizar-se quando houver compreensão da mesma. O surdo, na maioria das vezes, nasce em uma família de ouvintes, que não têm a mínima idéia de como se comunicar com esse indivíduo. Entende-se que a interação criança/pais é fundamental para que se desenvolva a linguagem. A partir do momento que uma família descobre que o filho é surdo, há necessidade de procurar uma orientação e

descobrir a importância de seu papel. Desta forma, segundo o autor, surgirá a motivação para comunicação com o próprio filho e, conseqüentemente, o desenvolvimento da linguagem.

Fernandes (2004) pontua que o português falado por nós é, para os surdos, uma língua estrangeira. A primeira língua para esses indivíduos é a LS (L_1) e a segunda a Língua Portuguesa (L_2). A partir dessa perspectiva, uma família bem estruturada, a par da realidade do filho e de suas necessidades, oferecerá a essa pessoa, desde o seu nascimento, sua primeira língua. Se não houver essa sensibilidade, o conhecimento sobre o mundo e as operações cognitivas que se estabelecem serão limitados. Não haverá trocas simbólicas com o meio e nem identificação com seus pares, sendo isso indispensável para o fortalecimento da identidade da pessoa surda, originando problemas emocionais e influenciando sua personalidade.

Ainda sobre a comunicação da família com o surdo, ao fazer estudos comparativos considerando uma criança surda, filha de pais surdos, ou ainda uma criança surda que teve oportunidade de interações significativas com a língua de sinais precocemente, Fernandes (2004) pôde constatar que os desenvolvimentos lingüístico e cognitivo dessas crianças não estão prejudicados, seguindo as mesmas etapas e qualidades de uma criança ouvinte.

Isto reforça a tese de que as famílias devem, o quanto antes e da melhor maneira possível, aprender a língua de sinais, garantindo, assim, a comunicação com seu filho e oportunizando a este um ambiente lingüístico favorável à comunicação e à interação.

Castro (1999) percebeu que após a aprendizagem da Libras a comunicação entre familiares e surdos na língua de sinais melhorou a convivência das mães com os filhos. Essas mães sentiam muita ansiedade ao ajudar os filhos na realização de atividades escolares porque não conseguiam ensinar. O autor conclui que, depois da adoção da nova linguagem no ambiente familiar, o desempenho e desenvolvimento das crianças surdas superaram as expectativas.

Em época em que a Libras ainda não era utilizada, Lora (1984) já afirmava que o surdo

necessita do apoio familiar para a comunicação, mesmo que esse auxílio seja realizado por meio de gestos, pois os pais precisam acreditar na capacidade do filho e fazer o esforço necessário no sentido de ajudá-los.

Ainda com relação a esse aspecto, Dias et al. (2005) asseveram que somente o acesso à língua de sinais, por meio de interações sociais com as pessoas surdas, pode garantir práticas comunicativas apropriadas ao desenvolvimento pleno, cognitivo e lingüístico das crianças surdas. Bergmann (2001), por sua vez, afirma que, por meio ao acesso à língua de sinais, os surdos desenvolveram a comunicação, resgataram a sintonia afetiva com a mãe, a construção de significados e se situaram no mundo. Enfim, melhoraram até a fisionomia, tornaram-se mais felizes, seus olhos passaram a brilhar, despertaram para a vida, para o mundo, por entender e sentirem-se entendidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que a família tem papel determinante sobre a formação da personalidade humana, moldando comportamentos do homem e influenciando suas relações com o meio ambiente. Ela é considerada a mais importante instituição social e sua instabilidade é causadora de uma série de crises e conflitos.

É na família que o ser humano consegue sobreviver, aprender valores, desenvolver uma cultura, sentimentos de amor, amizade e afeto. Iniciam-se em seu seio os primeiros passos e os primeiros balbucios, resultando, desta forma, o início do processo de interação familiar.

No ambiente familiar do surdo, evidenciamos o sentimento de despreparo da maioria das famílias para lidarem com a surdez, pequeno interesse de aprenderem e realizarem a língua de sinais com o filho, acarretando a falta de utilização de uma mesma língua com esse indivíduo, e, conseqüentemente, a baixa qualidade dessa comunicação.

Constatamos que a maioria das mães fica com a responsabilidade de cuidar do filho deficiente e de lidar com as situações-problema, gerando estresse e sobrecarga das mesmas pela falta de uma estrutura de apoio.

Em relação à comunicação, percebemos que, para os pais, a falta do conhecimento da Libras é

o que causa maior dificuldade no relacionamento, gerando no filho uma série de condições prejudiciais ao seu desenvolvimento, entre eles o isolamento, a agressividade, o desentendimento, o distanciamento e um progresso intelectual prejudicado.

Com base nestas discussões, consideramos a necessidade de um maior número de pesquisas sobre a experiência da família do surdo e das condições de seu ambiente familiar que permitam melhor delinear essa realidade

específica. Isto se justifica, fundamentalmente, porque muitas famílias se ressentem da falta de informação sobre o assunto, e muitos profissionais sofrem limitações pela falta de acesso às pesquisas na área. Consideramos, nesse caso, a importância de oportunizar ao profissional de saúde um trabalho mais direto e intensivo com a deficiência. Existem muitos campos nessa área a serem explorados e muitas dúvidas a serem sanadas.

THE FAMILY AND A DEAF CHILD

ABSTRACT

A family, in general, carries out the function of taking care, promoting health and well being, and providing protection. In a family with a deaf child, a function is added, which is learning another language - Libras. The objective of this study is to identify in the literature, the role of the family of a deaf child. It is a reflection structured from the revision of publications that had as theme a study on families of deaf people. The study showed how difficult the acceptance of deafness is for the parents, as well as it is emphasized the importance of the Language of Signs for the development of the deaf and for a better family relationship. It was concluded that the communication plays a fundamental role for the life of any individual, providing to them, besides the cultural development, an outline of their own identity.

Key words: Family. Deaf child. Communication.

LA FAMILIA Y EL NIÑO SORDO

RESUMEN

La familia, de una forma general, desempeña la función de cuidar, promover la salud, el bienestar y dar protección. En una familia con hijo sordo, se añade a esto la función del aprendizaje de una otra lengua, la Libras. El objetivo de este estudio es identificar en la literatura el papel de la familia junto al hijo sordo. Se trata de una reflexión estructurada a partir de la revisión de publicaciones que tenían como temática el estudio junto a las familias de sordos. El estudio demostró la dificultad de la aceptación de la sordera para los padres, así como resaltó la importancia de la Lengua de Señales para el desarrollo del sordo y para la mejor relación familiar. Concluimos que la comunicación ejerce papel fundamental para la vida de cualquier individuo, proporcionando a este, además del desarrollo cultural, el delineamiento de su identidad propia.

Palabras Clave: Familia. Sordo. Comunicación.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. **A criança deficiente** e a aceitação da família. Rio de Janeiro: Nova Era, 1993.

ASSOCIAÇÃO de Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiência. **Jornal da APABB**, São Paulo, n. 27 set./out. 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 1977.

BERGMANN, L. Repercussões da surdez na criança, nos pais e suas implicações no tratamento. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 3-19, jul./dez. 2001

BRITO, A. M. W.; DESSEN, M. A. Crianças surdas e suas famílias: um panorama geral. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 429-445, 1999.

CASTRO, R. G. **Libras: uma ponte para comunicação** entre pais ouvintes e filhos surdos. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Especial Infantil e Fundamental)—Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1999.

DIAS, T. R. S.; ROCHA, J. C. M.; PEDROSO, C. C. A.; CAPORALI, S. A. **Educação bilíngüe de surdos: grupos de familiares**. 2005. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/educacao_bilingue.asp>. Acesso em: 16 jul. 2005.

- FERNANDES, S. **Critérios diferenciados de avaliação na língua portuguesa para estudantes surdos**. Curitiba: SEED, 1999.
- FERNANDES, S. **Educação bilíngüe para surdos: trilhando caminhos para a prática pedagógica**. Curitiba: SEED, 2004.
- FERREIRA, W. B.; BERTOLDO, M. E. J.; MOITA, FM. Reflexões da presença de uma criança deficiente auditiva na (dês) organização intrafamiliar. **Temas Desenvolv.**, São Paulo, v. 4, p. 17-24, 2003.
- GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.
- GOMES, H. G. Educação para família: uma proposta de trabalho preventivo. **Rev. Bras. Cres. Des. Hum.**, São Paulo, v. 4, n. 5, p. 34-35, 1994.
- GUARINELLO, A. C. A influência da família no contexto dos filhos surdos. **J. Bras. Fonoaudiol.**, Curitiba, v. 3, p. 28-33, 2000.
- KNOBEL, M. **Orientação familiar**. Campinas, SP: Papirus, 1992.
- LACERDA, C.B. F. A família ouvinte de sujeitos surdos: reflexões a partir do contato com a língua de sinais. **Temas Desenvolv.**, São Paulo, v. 67, n. 12, mar./abr. 2003
- LEOPARDI, M. T. Necessidades de saúde e cidadania. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v.1, n.1, p. 54-70, jan./jun. 1992.
- LORA, A. A. B. **A família orientada como condição básica para o desenvolvimento da criança portadora de deficiência auditiva**. 1984. Dissertação (Mestrado)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1984.
- MOTTA, M. G. C. et al. Família como unidade de desenvolvimento humano e saúde. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 2, p. 24-27, 2003.
- OLIVEIRA, R. G. et al. A experiência de famílias no convívio com a criança surda. **Rev. Acta Scientiarum**, Maringá, v. 26, n. 1, p. 183-191, 2004.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação. **Pais que apóiam seus filhos surdos**. São Paulo, 1999.
- PRADO, D. **O que é família**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 95.
- QUADROS, E. C. de. **O ambiente familiar e as condições de acesso das crianças surdas à língua de sinais**. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Especial Infantil e Fundamental)–Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2000.
- SOUZA, M. I. F. P. **A pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental**. Bauru: [s.n.], 2003.
- STEFANELLI, M. C. O profissional e a família em situação de doença. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 2, p. 50-52, 2003.
- STELLING, E. P. A relação da pessoa surda com sua família. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 45-47, 1999.
- WIDMAN, M. A. P. et al. Família e necessidades... revendo estudos. **Rev. Acta Scientiarum**, Maringá, v. 26, n. 1, p.147-157, 2004.

Endereço para correspondência: Maria Elizabeth Dumont Negrelli. Rua Piauí, 55 – Jardim Alvorada – Maringá – PR – CEP: 87033-310 – E-mail: bethdumont@hotmail.com

Recebido em: 05/04/2005

Aprovado em: 03/12/2005